

Planalto quer ação coordenada dos assessores

ARY RIBEIRO

BRASÍLIA — Um elemento de ligação entre o Ministério e os parlamentares. Assim o chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Economia, João Paulo Peixoto, define a função dos funcionários que a Presidência da República, suas Secretarias, os Ministérios e outros setores do Poder Executivo mantêm permanentemente no Congresso Nacional: o assessor parlamentar. Essa semana, o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, manifestou a auxiliares de confiança o desejo de melhorar o trabalho desses funcionários, que têm atuado sem nenhum tipo de coordenação.

“O diálogo, a compreensão, o respeito a posições e a interesses divergentes”, segundo o assessor do Ministério da Economia, “devem ser um marco permanente na condução do relacionamento do Ministério com o Congresso”. E completou dizendo que “o voto contrário de hoje pode ser o voto favorável de amanhã.”

Peixoto observa, porém, que o mais eficiente instrumento de aproximação é o próprio ministro. “Nada será mais eficaz do que a credibilidade do ministro junto aos parlamentares.” Peixoto é um dos 28 assessores do Executivo credenciados pela 1^a Secretaria da Câmara, para atuar no Congresso. Há um para cada ministério ou setor do governo, com exceção dos Ministérios da Educação, da Previdência e da Saúde, que têm dois. Eles não são funcionários do Congresso, mas cargos de confiança convidados pelos ministros, da mesma forma como convidam, por exemplo, seus assessores de imprensa.

1964
M
S
•

O número real de assessores parlamentares é grande. Somente no gabinete que a Câmara cedeu ao Ministério da Economia — num dos corredores onde funcionam as comissões — trabalham seis pessoas. Cada ministério tem seu próprio espaço, num dos prédios da Câmara ou do Senado. É de onde acompanham as atividades nas duas Casas. A Presidência da República tem uma sala na Câmara e utiliza também parte do gabinete destinado ao Vice-Presidente Itamar Franco, nas proximidades do plenário do Senado.

Os assessores acompanham todos os assuntos de interesse de seus ministérios, órgãos ou instituições, tais como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Procuram acelerar, por exemplo, a tramitação de determinados projetos. Em troca, ajudam a resolver questões de interesse dos deputados e senadores. Não têm força política, porém, para pedir votos em questões de interesse geral do governo.

Considera-se, no Congresso, que o trabalho mais eficiente é das assessorias dos ministérios militares. Não é à toa que o cargo, em nível de coronel, é visto como ponte para o generalato. O ex-ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas almirante Walber Liseux, chefiou a Assessoria Parlamentar da Marinha. O atual diretor do Centro de Comunicação Social do Exército, general Gilberto Serra, também saiu da assessoria para o generalato.

O Itamaraty designa diplomatas de alto nível. Passaram pelo Congresso, nos últimos anos, os embaixadores Rubens Barbosa, Carlos Alberto Leite Barbosa, Afonso de Ouro Preto e Sínesio Sampaio Góes, que hoje chefa o gabinete do novo chanceler.